



Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

SOBRE A II CONFERÊNCIA DA OPOSIÇÃO

ENTREVISTA DE

ÁLVARO CUNHAL

AO JORNAL FRANCÊS «L' HUMANITÉ»

Moscou, 26 de Janeiro

M — A luta do povo português contra a ditadura de Salazar entra a partir de agora numa nova fase. A segunda Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional, que se realizou recentemente, tomou a este respeito importantes decisões.

Numa breve escala em Moscovo, Álvaro Cunhal, secretário geral do Partido Comunista Português e membro permanente da Conferência da Frente Patriótica, aceitou dar à «L' Humanité» algumas precisões sobre esta segunda Conferência e sobre o combate das forças democráticas em Portugal na hora presente.

— Pode lembrar para os nossos leitores o que é a Frente Patriótica de Libertação Nacional e que condições foi constituída?

— A constituição da Frente Patriótica é o resultado directo do desenvolvimento das lutas anti-fascistas que largas massas populares travam com uma amplitude crescente.

Como se sabe, desde 1961, apesar do terror fascista, numerosas e poderosas manifestações de massas, se realizaram em várias cidades em particular nos primeiros de Maio de 1962 e 1963, quando centenas de milhares de cidadãos portugueses, afirmaram a sua hostilidade ao regime fascista. Por seu lado as lutas reivindicativas conhecem um grande desenvolvimento. 200.000 operários agrícolas fizeram greve em 1962 para impor a jornada de 8 horas, e em 1963 para defender esta conquista histórica.

Vós conheceis também as lutas travadas pelos estudantes para defender o seu direito de associação e as lutas dos intelectuais contra o obscurantismo e a repressão fascista.

No próprio Exército, os soldados e um número crescente de oficiais opõem uma resistência activa à guerra que Salazar faz aos povos de Angola e da Guiné: em quase todas as unidades registam-se motins, deserções colectivas, recusas de embarcar.

Esta resistência regista-se até no seio das tropas estacionadas nos territórios coloniais.

Este desenvolvimento das lutas populares, levou irresistivelmente as diversas forças da oposição a unirem-se. Comunistas, socialistas, grupos liberais, círculos católicos, monárquicos constitucionais, criaram assim uma organização unitária: a Frente Patriótica de Libertação Nacional. Para dar uma ideia concreta do que representa esta Frente posso dizer-vos que nesta 2ª conferência que acaba de se realizar, participaram o General Delgado, candidato nas eleições presidenciais de 1958, o professor Ruy Gomes, candidato em 1951, o dirigente socialista Manuel Sertório, eu próprio, outras personalidades, assim como representantes das organizações clandestinas do interior do país. É muito importante sublinhá-lo: **NENHUMA FORÇA ANTI-FASCISTA SE OPÕE À ALIANÇA COM O NOSSO PARTIDO.** Este é um grande sucesso da classe operária portuguesa. Organhamo-nos de que a nossa política unitária, os nossos esforços prolongados para a aproximação e a união das forças democráticas, tenham levado a este feliz resultado.



— **Quais são os objectivos que se fixa à Frente?**

— A nossa 2ª Conferência permitiu confirmar que as diversas correntes políticas da oposição têm um objectivo comum: derrubar a ditadura fascista e formar um governo provisório que restaure as liberdades democráticas e organize eleições livres para uma assembleia constituinte.

Além disso, como o indicou o comunicado da Conferência à imprensa estrangeira, as forças da oposição estão decididas **NÃO SÓMENTE A COMBATER JUNTAS PARA A LIQUIDAÇÃO DA DITADURA FASCISTA, MAS TAMBÉM PARA MANTER A SUA COOPERAÇÃO PARA EDIFICAR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO.**

«Unidade para hoje e para amanhã» tal é a palavra de ordem do nosso Partido. Sem dúvida a criação dum programa comum encontra certas dificuldades dada a diversidade das forças que compõem a Frente e entre as quais subsistem divergências compreensíveis. Desde já, todavia, vários pontos dum programa comum recolheram o acórdio geral: libertar o país do poder dos monopólios,

efectuar mudanças profundas na estrutura agrária, conduzir uma política exterior de paz com base na independência nacional e na amizade com todos os povos, reconhecer enfim aos povos das colónias portuguesas o direito à independência.

— **Como está organizada a Frente Patriótica?**

— Na base, há as Juntas de Acção Patriótica (JAP), organizações unitárias clandestinas que dirigem as lutas da Frente em tal cidade ou em tal região. Várias destas Juntas editam e difundem os seus jornais. Representam já uma força política importante. É preciso notar como um facto de grande significado que as Juntas estavam desta vez representadas na Conferência da Frente; sê-lo-ão igualmente no futuro.

A própria Conferência torna-se o organismo dirigente da Frente. Ela designou além disso um órgão executivo no estrangeiro, a Junta Revolucionária Portuguesa, onde estão representadas diferentes correntes democráticas, entre as quais naturalmente o nosso Partido. O Presidente desta

ESTUDEMOS O PROJECTO DE ESTATUTOS E O «PROGRAMA DO PARTIDO»

De acordo com a resolução do CC foi publicado e está a ser submetido à apreciação de todo o Partido um projecto de Estatutos. Com a publicação deste documento inicia-se o fim duma situação anormal, contra a qual vários camaradas têm levantado os seus justos reparos. Até agora não foi possível resolver a situação em relação ao Programa, mas, salvo acontecimentos absolutamente excepcionais, também em prazo que julgamos não ser longo, será apresentado ao Partido este importante documento.

A publicação do Projecto de Estatutos representa um passo em frente, mas para que este abra o caminho à regularização da situação, impõe-se que em cada organismo e cada camarada individualmente, estude no mais curto prazo este projecto e envie aos organismos superiores as suas críticas, reparos e propostas, pois é a partir delas que se deve elaborar o documento definitivo. Como é sabido, as modificações que se viu necessário fazer nos Estatutos, devem-se ao facto de o CC ter chegado à conclusão que este documento tal como o Programa, aprovados no V Congresso, estavam influenciados pelo Desvio de

Direita. Este facto, obrigou a introduzir algumas alterações de fundo, tanto no que se refere à disposição dos artigos como ao seu conteúdo, para as quais se chama a especial atenção de todos os camaradas.

Como atrás foi dito, não foi até agora possível elaborar um projecto de Programa, mas o facto de o CC ter, na sua última reunião, aprovado uma resolução em que se incluem os 7 pontos já publicados no «Avante!» e «O Militante» que definem uma linha política e tática e constituem o «Programa do Partido na etapa actual da Revolução», permite que à sua volta, ou seja, daquilo que deles deriva, se inicie uma larga discussão em todo o Partido. Com a discussão em volta destes pontos, que é ao mesmo tempo, urgente e necessária, pode dar-se um passo em frente muito importante, pois com ela ganhar-se-á precioso terreno no caminho da elaboração do Programa do Partido.

Para o estudo destes dois documentos se chama mais uma vez a atenção de todos os camaradas e se pede que sejam enviados sem demora as opiniões críticas de cada um.

Junta é o General Humberto Delgado. Toda a gente sabe que, candidato corajoso de toda a oposição às eleições presidenciais de 1958, tendo suscitado em redor da sua candidatura um poderoso movimento popular, o General Humberto Delgado teria sido eleito se as eleições não tivessem sido falseadas. Possui portanto um prestígio incontestável.

A Junta estabelecer-se-á presentemente em Argel. Com efeito o governo argelino aceitou conceder à Frente Patriótica facilidades pelas quais todas as forças democráticas lhe estão reconhecidas.

— Como se podem apreciar as perspectivas que se oferecem à luta das forças democráticas, do povo português, no período que se segue?

— O que caracteriza a situação actual, é que ao mesmo tempo que se agravam as contradições do regime em virtude da guerra colonial, produz-se uma rápida tomada de consciência política das massas e uma subida notável do movimento anti-fascista. Há actualmente em Portugal uma crise profunda do regime fascista.

Significa isto que existe desde agora uma situação revolucionária? Os comunistas portugueses não o pensam. Apesar de enfraquecido, o aparelho de Estado fascista dispõe ainda de forças repressivas bem equipadas organizadas e disciplinadas, e empreendeu a maior campanha de repressão de toda a sua história. Por outro lado, apesar do ascenso do movimento anti-fascista este possui ainda certas fraquezas de organização. Se a longa experiência das forças democráticas as conduziu à convicção unânime de que para acabar com a ditadura fascista quando chegar o dia será necessá-

rio recorrer à insurreição nacional; e ainda será preciso criar as condições para este assalto final. Nós, comunistas, insistimos neste ponto. A tarefa primordial das forças democráticas é hoje o trabalho de organização, o trabalho político, o desenvolvimento das lutas populares. Esta é a única via que levará à insurreição vitoriosa.

Para nós, marxistas-leninistas, não se põe a questão de substituir a essa tarefa o recurso à acção putchista ou ao terrorismo individual. Sem dúvida, contra a violência fascista, as massas tomam naturalmente, quando necessário, medidas de auto-defesa, e as forças democráticas procuram enfraquecer e enterrar o funcionamento da máquina governamental de repressão e de guerra colonial. **MAS O ESSENCIAL NESTE MOMENTO, REPI-TO-O, É A ORGANIZAÇÃO E É A LUTA DAS MASSAS POPULARES PELAS SUAS REIVINDICAÇÕES ECONÓMICAS E POLÍTICAS.**

O povo português entrou numa nova etapa da sua luta pela libertação. Os comunistas portugueses, que se encontram NAS PRIMEIRAS FILAS DESSE COMBATE, vêem com satisfação desenvolver a união das forças democráticas para a qual tanto contribuíram. Continuaremos a reforçar esta união, guiados pelo único desejo de servir os interesses da classe operária, do povo, da Nação portuguesa.

COM TODOS OS DEMOCRATAS, NÓS QUEREMOS LUTAR UNIDOS PARA LIBERTAR O NOSSO PAÍS DO JUGO FASCISTA E UNIDOS PARA ABRIR A PORTUGAL UM FUTURO DE DEMOCRACIA, DE PROGRESSO SOCIAL, DE PAZ E DE INDEPENDÊNCIA.

Começamos bem o ano de 1964. Esperamos que o terminaremos ainda melhor.

A II CONFERÊNCIA DA FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL CONFIRMA A JUSTEZA DA LINHA DE MASSAS

A realização da II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional representa uma importante vitória das forças coligadas e portanto também do Partido que para ela deu valiosa contribuição.

Esta Conferência teve a virtude não apenas de dar substancial impulso à unidade como de ter estabelecido toda uma orientação que vem confirmar plenamente a linha do Partido no que se refere às acções de massas como via para o Levantamento Nacional.

Aos pseudo ou desgastados revolucionários que pretendem fazer crer que incitar os trabalhadores, os estudantes, as massas a lutar por reivindicações económicas, sindicais, associativas, pela libertação dos presos políticos, etc, etc, é fazer retardar o movimento revolucionário no nosso

país, deu a Conferência a melhor resposta quando no seu «Apelo aos Portugueses», diz:

«Atacar a ordem fascista, é lutar pelas liberdades políticas e pelas novas estruturas que constituem a própria base política, económica e social dum Portugal Democrático. Atacar a ordem fascista, é lutar diáriamente corajosamente, pelo Pão e pela Liberdade. Atacar a ordem fascista é lutar por sindicatos livres, é lutar nas escolas por associações livres. Atacar a ordem fascista é lutar pela libertação dos presos políticos e resistir à violência repressiva. Atacar a ordem fascista é preparar assim, com espírito de responsabilidade, mas com determinação e audácia, o levantamento nacional armado.»

Com esta orientação abre-se um largo campo
(continua na pág. 9)



LINHA REVOLUCIONÁRIA

E LINHA AVENTUREIRISTA

O longo calvário que representa para o povo português tão grande permanência do fascismo no poder, leva muita gente, incluindo camaradas nossos, a perder a paciência e a cair no desespero, sonhando com soluções para acabar com o regime fascista, que se afastam do caminho revolucionário de massas, pensando que desta forma se pode chegar mais rapidamente ao levantamento nacional, à liberdade e à democracia.

Qual é o caminho que propõem tais pessoas e camaradas? É o caminho da passagem imediata às acções violentas, à criação de grupos de acção directa que passassem a actuar contra os torturadores da PIDE e outros inimigos do povo, contra o aparelho de Estado e de propaganda fascista, de maneira a causar perturbações de ordem política e mesmo económica, na vida do país.

Há também quem defenda a organização de gru-

pos armados que criassem no país uma ou mais «Sierras Maestras», e assim, segundo dizem, se daria começo à luta revolucionária e ao levantamento nacional.

A não aceitação de tal linha de acção pelo CC, tem levado alguns camaradas para o convencimento de que a direcção do Partido não está a ver bem as coisas, que se está a seguir uma linha oportunista, influenciada ainda pelo desvio de direita.

Porque fazem estes camaradas tal confusão e se deixam arrastar por tais ideias? Simplesmente porque pretendem substituir a linha das lutas de massas, a linha que confia na virtude e capacidade revolucionária do povo português, por uma linha oportunista de pequenos grupos isolados das massas que de revolucionária não tem mais que a fraseologia esquerdista e sectária. É evidente, que entre as duas linhas há:

DIFERENÇAS RADICAIS E IRRECONCILIÁVEIS

Na linha revolucionária de massas, a luta desenvolve-se, não na base da impaciência revolucionária, do desconhecido, da incógnita, mas da realidade objectiva, em planos e premissas, que ainda que falíveis, devem ter por base, não as massas tomadas no abstrato, mas o conhecimento da sua real disposição, da sua organização, etc. Quer dizer: para uma luta e ainda mais para uma grande luta, não se pode partir apenas com a ideia que as massas desta ou daquela cidade, empresa ou localidade, talvez venham a aderir a uma determinada acção quando dela tomarem conhecimento. Para se poder contar com as massas duma cidade, empresa ou localidade, há que saber antecipadamente o que pensam, até onde vai a sua disposição de luta e que pensam da forma de conduzir a própria luta. Ora é evidente que nada disto é possível, se na cidade, empresa ou classe, não houver uma organização prestigiada e ligada às massas que conhecendo a sua disposição esteja tanto quanto possível segura da atitude que irão tomar em relação a esta ou aquela luta. Esta é que é uma linha verdadeiramente revolucionária — uma linha marxista-leninista.

Numa linha aventureirista, tudo se passa precisamente ao contrário, ou seja, vai-se para a luta a partir da suposição que as massas de tal ou tal cidade, empresa ou classe virão aderir a esta ou aquela acção quando dela tiverem conhecimento, mas a certeza que aderirão jamais se pode ter, pois não há organização estruturada e prestigiada que dirija, que tome a iniciativa, que tenha a autoridade suficiente para se fazer ouvir. Tudo fica, portanto, na incerteza, no desconhecido e partir para o desconhecido é partir para a aventura.

A luta do nosso povo está cheia de exemplos que ilustram com toda a clareza o que atrás se diz e verdade seja, que não precisamos recuar muito para os encontrar. Tomemos para exemplificar, duas importantes jornadas relativamente recentes: O 1º DE MAIO DE 62, EM LISBOA E O ASSALTO AO QUARTEL DE BEJA.

A primeira destas lutas, graças à sua cuidada preparação, que incluiu uma larga discussão, formidável agitação e sobretudo à organização que se criou para mobilizar e dirigir as massas, teve como resultado pôr nas ruas da capital uma centena de milhar de pessoas que se bateram com a polícia durante horas seguidas. Durante semanas discutiu-se nas fábricas, nas escolas, nos cafés, por muitos lados o que se devia fazer, o que viria a acontecer. A polícia sabia perfeitamente o que se preparava, fazia ameaças, demonstrações de força, provocações, mas nada disto impediu que a manifestação tivesse a grandeza que teve. A preparação desta jornada significou só por si, uma importante vitória contra o fascismo, tanto pela agitação como pela mobilização de massas efectuadas.

Que se passou no assalto ao quartel de Beja, mesmo tendo em conta as diferenças de organização e preparação destes dois tipos de luta? Aconteceu que apesar da valentia daqueles que nela participaram se não pôde contar senão com as pessoas que inicialmente estavam envolvidas no assunto. Quer dizer, no quartel assaltado estavam centenas de soldados, que esclarecidos e organizados podiam ter participado nesta luta, mas como se não contou com eles, nada fizeram, porque não podiam fazer. Evidentemente, que quando se partiu para esta jornada se pensava que bas-

tariam os primeiros tiros para que toda a gente aderisse ao golpe. Infelizmente tal não aconteceu. O mesmo critério que se seguiu em relação aos soldados que estavam no quartel, seguiu-se em relação à população da cidade que se esperava saísse para a rua a aplaudir e participar no golpe logo que dele tivesse conhecimento.

A análise destas duas jornadas coloca-nos portanto, perante duas concepções completamente opostas. A primeira, apoia-se nas massas e conta com elas para chegar ao levantamento nacional e à revolução democrática. A segunda, apoia-se em pequenos grupos que, isolados das massas, partem para a luta—não contando senão consigo próprios.

A primeira, entra no conhecimento geral, entusiasmas e galvaniza as massas sem que a polícia se

lhe possa opor com êxito. A segunda, desenvolve-se em segredo, só no conhecimento dum pequeno número que, por ser pequeno, resta sem força para alcançar os objectivos que se propõe sendo facilmente esmagada. A justificação para esta táctica é que as massas atingiram já a fase de disposição de luta suficiente e por isso não se precisam mais que deitar fogo ao rastilho da sua indignação para dar começo ao levantamento nacional e à revolução. A experiência do assalto ao quartel de Beja e tantos outros golpes falhados mostra que isto não é assim.

Também há camaradas que dizem estar de acordo com a linha de massas do Partido, mas ao mesmo tempo vão dizendo que é preciso levar a cabo:

ACÇÕES QUE ENTUSIASMEM AS MASSAS

A estes camaradas deve dizer-se que aquilo que nos tem faltado não é uma orientação que conduza a estas acções em certas condições; o que nos tem faltado é a capacidade de levar a orientação à prática. No documento do CC de Janeiro de 63 «Perspectivas do Desenvolvimento da Luta Nacional Contra a Ditadura Fascista» diz-se que as «grandes lutas populares de massas» adquirirão novas expressões e exigirão novas iniciativas com vistas à defesa e auto-defesa das massas populares, à agitação em larga escala, e muito justamente se esclarece mais adiante «que acções com esses objectivos só podiam ser consideradas em conjugação com os Movimentos populares de massas e com o objectivo de os estimular». Na Reunião de Agosto, o CC, referindo-se ao problema da juventude e da guerra colonial dizia serem também de encargar acções que vizem atingir directamente a máquina militar colonialista. Como se vê, não é por falta de orientação que nós temos deixado de organizar acções que entusiasmem e abram perspectivas às massas.

Há camaradas que acusam o CC de ter no documento de Janeiro metido a possibilidade de acções de defesa e auto-defesa, entre vírgulas para lhe reduzir o alcance. Esta acusação pode ter ou não fundamento, de acordo com a interpretação que cada um queira dar à introdução das ditas vírgulas. Se para alguns camaradas a introdução das vírgulas quer dizer que o CC não está de acordo que tais acções se façam desligadas das massas, então esses camaradas têm razão, o CC não está de acordo com tal orientação. Mas, na verdade, não foi por a redacção ter mais ou menos vírgulas que não avançamos na orientação das acções de defesa e auto-defesa, mas, como já se disse, porque não tivemos a capacidade necessária para a fazer. É portanto, para as nossas debilidades orgânicas e de ligação com as massas, para a falta de esclarecimento e para a inactividade de muitos membros do P. que temos de olhar e olhar com a ideia que só na medida que sejamos capazes de ultrapassar tais deficiências e dificuldades criaremos as condições para levar por diante as

acções de tipo diferente que todos desejamos.

Destas considerações não se deve concluir que devemos aceitar como justas as ideias de outros camaradas que pensam que sem se atingirem determinados objectivos no recrutamento de novos militantes, quer dizer, sem que o Partido atinja certa força numérica, se não deve pensar em lutas ou pelo menos em grandes lutas. Uma tal concepção é sectária e não tem em conta a vida. É certo que o papel do Partido no desencadeamento das grandes e pequenas lutas populares é decisivo, mas isso não quer dizer que as lutas só possam ter lugar quando nós o entendamos. O amadurecimento revolucionário das massas processa-se independentemente da nossa vontade e quem por qualquer forma pretender ignorar ou travar este processo, desliga-se das massas e será ultrapassado por elas. Devemos pois concluir, que se as graves baixas que temos sofrido em todo o P. e em especial nos quadros de direcção nos criaram dificuldades difíceis de superar, se estas baixas nos têm obrigado e nos obrigarão ainda a recuos temporários, isso não quer dizer, que possamos voltar as costas às realidades; o que temos é de encontrar formas de melhor utilizar as forças que temos, sem contudo expor os quadros mais capacitados e experientes do Partido.

Resumindo, o CC não aceita qualquer ideia de criação de grupos de acção directa que vizem actuar desligados dos movimentos e acções populares de massas, porque tais acções longe de servirem para fazer avançar o movimento revolucionário, desviariam a luta para actos isolados e sectários que só serviriam para queimar a vanguarda das forças anti-fascistas.

Por outro lado, pensa o CC, que estão criadas condições que permitirão em futuras lutas populares, organizar e incentivar acções ofensivas de defesa e auto-defesa, que vizem desorganizar o aparelho repressivo fascista e defender as massas da repressão policial.

Esta é uma fase nova de luta pela qual temos de passar para chegar ao Levantamento Nacional,



RESUMO DA INTERVENÇÃO DO CAMARADA FERREIRA

APRESENTADA NA REUNIÃO DO C.C. EM AGOSTO DE 1963

SOBRE A DEFESA DO PARTIDO

Depois de se terem abordado sucintamente as lutas mais importantes dos últimos anos, tal como os efeitos demolidores para o regime fascista das guerras coloniais e a importância destas na ajuda à luta do povo português; analisam-se também os progressos registados na unidade das forças democráticas, tudo isto para demonstrar que apesar de toda a repressão a luta contra o fascismo se desenvolve e que é este e não as forças democráticas que acabará irremediavelmente derrotado.

O AUMENTO DA REPRESSÃO NÃO É UM SINAL DE FORÇA DO REGIME

Demonstrando o carácter terrorista e criminoso do regime diz-se neste capítulo: «Sempre, desde a sua chegada ao poder o fascismo no nosso país tem demonstrado ser capaz de todos os crimes para manter as suas posições. Dificilmente se poderá contar o número das suas vítimas, mas pode-se, pelo menos, dizer que elas se encontram em todas as classes e camadas sociais, elas vão desde os modestos e anónimos operários e camponeses, aos intelectuais mais destacados e mesmo às mais altas patentes do exército.»

Lembrando também que não é por acaso que os fascistas atiram para cima do Partido com todo o peso do seu aparelho repressivo, diz-se: «...o Partido tem sido o mais potente motor na luta contra o fascismo. É partindo desta realidade que o fascismo atira contra os comunistas todo o peso do seu aparelho repressivo. Com isto ele pretende evitar que se alarguem as lutas de massas que conduzirão ao levantamento nacional. Se soubermos defender as posições conquistadas, aproveitar as condições favoráveis existentes para aumentar e reforçar a organização do Partido, reforçar a ligação com as massas e a unidade da classe operária, faremos fracassar os planos do inimigo.»

Desenvolvendo ainda no capítulo que se segue os efeitos da repressão contra o Partido, demonstra-se que sem sombra de dúvida ele vencerá todas as dificuldades e assim diz-se:

«É evidente que todos temos razão para estarmos profundamente preocupados com a situação. O número de funcionários presos nos últimos tempos e a gravidade com que algumas organizações têm sido atingidas representam derrotas muito sérias para o Partido. Os comunistas saberão, no entanto, encontrar sempre os meios para enfrentar e vencer todas as dificuldades. É absolutamente justo e necessário analisar com objectividade a situação, tomar todas as medidas que se entendam necessárias para as enfrentar, mas não é justo cair em posições de derrotismo. O nosso Partido viveu já noutras épocas situações muito difíceis e sempre

encontrou em si, na classe operária e nas massas trabalhadoras a força necessária para as vencer. Cair, pois, em posições que deixem admitir não ser o Partido capaz de vencer as suas dificuldades, é além de pessimismo estranho ao espírito comunista, uma clara falta de confiança nas possibilidades ilimitadas da classe operária e das massas trabalhadoras.»

Demonstrando que há motivos para estarmos confiantes, destaca-se que apesar da repressão, o Partido mantém no interior do país parte considerável da sua direcção; um numeroso quadro de funcionários; uma forte organização que se estende pelos centros mais importantes do país; um aparelho de agitação que produz e distribui centenas de milhar de documentos anualmente, etc. Acrescentando-se:

«Na verdade só um grande Partido, um Partido que ganhou à custa de sacrifícios imensos a confiança e apoio das massas, só um Partido que se enraizou profundamente num povo pode em tão duras condições, realizar um tal trabalho revolucionário.» e a concluir: «...cerrando fileiras em volta da direcção central, reforçando sempre mais e mais a disciplina, defendendo intransigentemente os princípios do Partido, reforçando sempre mais e melhor a organização partidária; actuando assim vencer-se-ão as dificuldades actuais e criar-se-ão as condições para num prazo relativamente curto se passar de novo à ofensiva.»

O capítulo que se segue trata das tendências liberalistas e do combate que se tem travado e se deve travar contra elas, dizendo-se em certa altura que: «As faltas conspirativas e de indisciplina, passaram a ser alvo de acerada crítica, havendo hoje uma melhor compreensão da necessidade de defender o Partido» e mais adiante «Seria no entanto errado concluir-se que no curto espaço que vai das últimas reuniões do CC até agora, tudo tenha sido sanado, tudo tenha sido compreendido e eliminado em matéria de liberalismo e indisciplina».

E este capítulo conclui: «Não tenhamos receio de ser cada vez mais exigentes na luta contra o liberalismo e a indisciplina, mas deixemos também aos quadros a possibilidade de eles próprios organizarem a sua defesa e a defesa do Partido».

Passando depois ao capítulo «SOBRE A DISCIPLINA» diz-se na intervenção: «Na situação difícil em que lutamos, uma disciplina de ferro é das armas mais importantes e seguras para o êxito da nossa luta contra o fascismo. Mas, para que a disciplina seja de ferro, ela tem de ser voluntariamente aceite e compreendida. Uma disciplina imposta jamais será uma disciplina de ferro, mais do que nunca o significado desta verdade precisa de ser compreendido correctamente. As manifestações de indisciplina são, infelizmente ainda muito frequentes. A situação difícil que atravessamos, exige que se tomem medidas cada vez mais energéticas contra elas».

Segue-se depois um capítulo onde se analisam as dificuldades criadas pela má «COMPARTIMENTAÇÃO E SECRETISMO» afirmando-se: «Para além da acção do inimigo e das traições, a extensão dos golpes que temos sofrido deve-se em muitos casos à péssima compartimentação do trabalho e à falsa noção ainda existente quanto à necessidade de guardar os segredos do Partido. É frequente camaradas, tanto de base como funcionários, terem conhecimento da organização e de outros aspectos de trabalho do Partido de que não necessitavam para a realização das suas tarefas» e mais adiante «Condenar com toda a energia os traidores é uma necessidade imperiosa e isso tem

sido feito, mas a condenação e a correcção do trabalho anarquista que põe no conhecimento de um só militante muitas coisas preciosas do Partido nem sempre tem sido feito com a devida perseverança e energia.» A terminar diz-se: «Aquele que não é capaz de orientar as massas e trabalhar entre elas sem divulgar a qualidade de membro do Partido, ou que com toda a facilidade fala do trabalho partidário e dos outros militantes, onde o não deve fazer, mostra não ter condições para, no momento actual, estar nas fileiras do Partido».

No capítulo sobre «CRÍTICA E AUTO-CRÍTICA» começa-se por falar da «necessidade de intensificar a crítica e auto-crítica em todos os escalões do Partido. Não se poderá dizer que se não tenham feito progressos, quer num ponto, quer no outro. Em relação ao passado pode dizer-se que se deram mesmo passos importantes. Com muito mais frequência se critica hoje o trabalho e quadros do Partido, mesmo os seus dirigentes, e isto é positivo e deve ser incentivado. Mas no que se refere às críticas de cima para baixo, nem sempre se tem sabido ajudar na prática os quadros a melhor compreender e assimilar a crítica. Esta deficiência necessita ser corrigida». Dizendo-se depois: «Façamos um esforço de alto a baixo no Partido para que as faltas sejam sempre menos graves e em menor número, mas façamos igualmente um grande esforço para que a crítica firme, mas também fraternal, seja uma prática corrente em todo o Partido. Com ela nós revigoraremos muito o nosso trabalho, educaremos melhor os quadros, e defendemos melhor o Partido.»

SOBRE O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

Neste capítulo começa-se por dizer: «Muitas das deficiências existentes no Partido resultam duma deficiente aplicação dos princípios do centralismo democrático». E depois de algumas considerações sobre centralismo e autoritarismo, acrescenta-se: «Há camaradas que do centralismo democrático, assimilam apenas o democrático e daí caírem na ideia que tudo o que não seja discutido as suas ideias até ao infinito, tudo o que não seja fazer delas a linha do Partido, já não está bem.» E mais adiante «Na situação de feroz repressão que nos é imposta, mais do que nunca o princípio da obrigatoriedade das decisões dos organismos superiores para os inferiores, como da maioria para a minoria, é uma necessidade que há que pôr em prática cada vez mais firme e intransigentemente. Não é negativo que os militantes do Partido possam ter ideias diferentes sobre muitos e variados problemas e as defendam nos seus organismos com toda a energia. Ao contrário, isso pode ser um sinal de vitalidade do Partido, mas o que é extremamente negativo e contrário a todos os princípios leninistas é que haja camaradas que por não estarem de acordo com a orientação estabelecida pelos organismos superiores, caíam no criticismo e na resistência à aplicação da orientação estabelecida. Tais

camaradas prestam um péssimo serviço ao Partido e, sem se darem conta, atrasam o desenvolvimento da luta de massas contra o fascismo.»

O capítulo que se segue trata da «DEFESA DO PARTIDO E À ORGANIZAÇÃO», começando-se por assinalar que:

«Nem sempre se tem ligado correctamente as dificuldades da defesa do Partido às dificuldades de organização, e entretanto, uma não pode ser desligada da outra. Se se faz um bom trabalho de recrutamento entre a classe operária e as outras classes trabalhadoras, se esse recrutamento tem lugar entre os homens mais combativos e ligados às massas, se ele tem lugar entre aqueles que se destacam pelo seu porte moral e familiar, o Partido controla uma boa organização e não tem dificuldades de maior para promover aos postos mais responsáveis, incluindo ao quadro de funcionários, os homens e as mulheres mais capacitados». Depois de criticar a substituição que existiu no Partido quanto à organização, diz-se mais adiante:

«Quando em 1960 nos demos conta do atraso em que estávamos no capítulo da organização, vimos, muito justamente, que haveria que fazer um esforço muito grande para recuperar o atraso que



tínhamos. Desde então até agora deram-se passos muito importantes. A organização mais que duplicou e as perspectivas continuam a ser favoráveis ao recrutamento de novos quadros». A intervenção critica o liberalismo que veio depois disto, dizendo a seguir: «Esqueceu-se que nas condições brutais de repressão, sendo justos todos os esforços para aumentar os efectivos do Partido, nós temos que caminhar mais no sentido dum Partido em qualidade do que em quantidade».

A intervenção dedica depois algumas linhas ao problema dos «QUADROS INTERMÉDIOS» começando por dizer:

«Uma das dificuldades que mais embaraços tem causado ao nosso trabalho é a carência de qua-

dro intermédios com o mínimo de capacidade para resolver muitas das tarefas que ainda hoje estão a cargo de camaradas funcionários. É evidente que por vezes a falta de descentralização se não deve apenas à falta de quadros intermédios, mas às concepções erradas que levam ao convencimento que as tarefas só pelos funcionários podem ser bem realizadas» e mais adiante «Na medida em que nos faltam quadros com razoável capacidade, nós temos muito mais dificuldades em constituir organismos intermédios que com vantagem possam substituir os funcionários no contacto directo com as organizações. Desta maneira temos mais dificuldades em defender os funcionários e com eles a organização do Partido».

OS PERIGOS DA PROVOCAÇÃO

Depois de se referirem alguns casos de provocação, diz-se que «As possibilidades de sermos atingidos por meio da provocação são reais. Se tivermos em conta os esforços que a polícia vem fazendo nos últimos anos para pôr ao seu serviço indivíduos de todas as classes e camadas sociais, é de admitir que, embora o ódio à PIDE seja grande e praticamente geral, esta tenha conseguido alguns êxitos. Sabemos igualmente ser quase uma regra, adoptada já há alguns anos pela polícia, oferecer a liberdade aos presos em troca da traição e do trabalho para ela. Sabemos que se gastam somas importantíssimas para manter e alargar a rede de bufos por todo o país. Daqui ser justo concluir que a vigilância deve ser maior do que nunca.»

O capítulo que se segue trata o «PROBLEMA DAS TRAIÇÕES». Depois de invocar o ódio e o despreso que devem merecer os traidores, a intervenção diz:

«As causas das traições podem ser múltiplas. Serão possivelmente diferentes de indivíduo para indivíduo, elas podem resultar tanto da cobardia como da perda de qualidades políticas e ideológicas. Mas, é evidente que para além de tudo isto, para além de certas causas há sempre o carácter e a honradez dos homens. Um modesto militante comunista, um simples combatente pela democracia, pode não ter grandes conhecimentos sobre a luta de classes, sobre o carácter terrorista do fascismo, mas ele pode ter e tem muitas vezes, o sentido da honra. Ele compreende que não tem o direito de prejudicar a luta, de trair os seus camaradas, de pôr em perigo a vida dos seus companheiros de luta para salvar a sua própria vida. É fundamentalmente com base na honradez e na dignidade que estes heróicos combatentes enfrentam a polícia». Chamando-se, depois, a atenção do Partido para a necessidade de aguçar o espírito de vigilância e acompanhar melhor os traços negativos dos quadros, acrescenta-se:

«Porém, as dificuldades do Partido nesta matéria também serão vencidas desde que se continue sem quaisquer desfalecimentos, o combate contra

as deficiências, contra as tendências negativas dos quadros, desde que firme e serenamente se aguço o espírito de vigilância revolucionária, impedindo a entrada ou a estadia nas fileiras do Partido de elementos corruptos e cobardes.»

A intervenção analisa depois «A FORMA COMO TEMOS TRATADO ALGUNS CASOS DE TRAIÇÃO», dizendo-se a certa altura:

«Na denúncia da traição precisamos de evitar também certas expressões, que em nada ajudam a esclarecer as coisas. Não é por falarmos neste ou naquele aspecto negativo dos traidores que nós aumentamos o ódio das massas sobre eles. O problema tem de ser tratado no terreno puramente político. São elementos cobardes que se venderam ao inimigo que em muitos casos têm de ser considerados mais asquerosos do que propriamente os pides, mas não é dizendo simplesmente que tinham este ou aquele defeito, que tinham duas ou quatro caras que nós atingimos este objectivo. Procedendo como temos procedido em alguns casos, somos nós que ainda ajudamos a diminuir o prestígio do Partido entre as massas.»

Trata-se no capítulo que se segue da necessidade de defender os «Princípios Estabelecidos» dizendo-se a começar:

«Um dos processos que temos vindo a utilizar para combater as traições é discutir com cada quadro a forma como ele se deve portar na polícia no caso de ser preso. Isto é justo e deve ser intensificado na medida do possível, para esclarecer os quadros, tanto quanto à violência física e moral empregada pela PIDE, como sobre os vários métodos e truques utilizados para levar os presos a fazerem declarações. Mas esta discussão, seja quais forem as reacções de cada militante, jamais pode conduzir ao despreso dos princípios estabelecidos que devem ser rigorosamente observados em caso de prisão. A confiança nos quadros que deve continuar a existir, não pode em nenhum caso, e muito menos na situação actual, substituir as medidas de defesa.»

(continua na pág. 10)

AS TAREFAS DE ORGANIZAÇÃO E A DEFESA DO PARTIDO

Na última reunião do CC, foram analisadas algumas concepções existentes no Partido no que se refere aos critérios que vinham sendo adoptados para aumentar a organização do P. Estas concepções, muito embora assentes na justa preocupação de reganhar o atraso que temos quanto aos efectivos do Partido, conduziam a uma situação que em vez de caminharmos no sentido dum Partido forte, capaz de resistir e ultrapassar a actual e difícil fase da luta, nos arrastava para um P. enfraquecido, aberto a palradores e cobardes e mesmo a agentes provocadores o que é ainda mais grave. Teve razão, portanto, o CC para corrigir estas concepções legalistas e recomendar a sua imediata rectificação, dado os perigos que elas comportavam para a segurança e fortalecimento do Partido.

Contudo, o CC ao fazer tais rectificações teve o cuidado de deixar absolutamente claro que muito embora tenhamos de caminhar mais no sentido de uma organização ainda que menos «numerosa, mais bem estruturada e constituída por militantes firmes, capazes e dinâmicos» teremos, ao mesmo tempo, que desenvolver grandes esforços para aumentar a organização do P. Recomendava-se por isso, no ponto 2 da resolução: «Daí a necessidade de alargar e aprofundar a organização do Partido e aumentar a sua força numérica. Continua a ser necessário recrutar mais, embora recrutando mais cuidadosamente». Fecha esta resolução a seguinte alínea: «Devem manter-se os objectivos de conseguir organizar e estruturar o Partido em importantes regiões, localidades, empresas e classes, assim como reatar ligações perdidas e devem desenvolver-se sérios esforços para, sem prejuízo da segurança do Partido, alcançar rapidamente estes objectivos.»

O estudo e aplicação desta resolução tem para o P. a maior importância, pois além de «organizações bem defendidas, compostas de camaradas firmes, em condições de dirigir a luta da classe operária e do povo», nós precisamos de alargar o Partido em muitas e importantes regiões, localidades, empresas e classes. As lutas dos últimos anos têm demonstrado quanto isto é decisivo para o Partido. Podendo dizer-se, que a influência do nosso Partido se estende do Norte a Sul do país, nós temos verificado que as lutas mais importantes se desenvolvem ainda em zonas relativamente restritas e isto é, sem dúvida, consequência das nossas debilidades orgânicas e o que é mais grave, da ausência de organização em empresas, centros industriais e localidades onde com um pouco mais de esforço e atenção, ela podia existir. É evidente que enquanto não conseguirmos vencer estas debilidades da nossa organização, dificilmente alargaremos as lutas da classe operária e do povo pela melhoria das condições de vida e contra o fascismo. O não alargamento das lutas de massas,

facilita como é de calcular, às forças policiais concentrar a sua acção sobre determinadas zonas fazendo cair sobre as organizações aí existentes um peso repressivo muito maior.

Por tudo isto, sem contudo deixarmos de trabalhar com afincos para reforçar as organizações do P. já existentes, devem os esforços actuais do Partido no sentido orgânico, serem voltados para estender a organização a novas empresas, classes, localidades, escolas, etc. Chama-se para isso a atenção de todos os organismos e camaradas para o cumprimento da resolução do CC, sendo absolutamente necessário e obrigatório que em cada organismo responsável se elaborem estudos e planos que visem dar-lhe cumprimento.

A justeza da linha de massas

(continuação da pág. 3)

de luta onde cabem todas as acções legais, semi-legais ou ilegais e em todas elas e para todas elas, deve o Partido dar a sua indispensável contribuição. A experiência de todas as grandes lutas contra o fascismo mostra que o papel do Partido é fundamental, é mesmo decisivo. Isto só por si nos acarreta responsabilidades a que não podemos nem desejamos fugir.

O facto de terem assistido à Conferência delegados do interior e de haver forças e correntes igualmente do interior que muito embora não tenham assistido à Conferência dão a sua adesão e apoio à Frente Patriótica de Libertação Nacional é muito importante.

O facto de a unidade se ter alargado e consolidado traz novas perspectivas às lutas de massas e dos democratas portugueses, as quais é preciso saber aproveitar. Aqui, como em tudo, os militantes e simpatizantes do Partido têm de saber dar o exemplo, têm de redobrar os seus esforços para alargar o mais possível a organização de Juntas de Acção Patriótica e outros organismos unitários; têm de saber aproximar-se dos democratas de outras tendências e encontrar formas de estabelecer com eles acções comuns de acordo com o espírito da Conferência.

Como é sabido há muitas pessoas simples que se entusiasмам com o alargamento da unidade e por isso mais facilmente se dispõem a actuar. Cabe também ao Partido saber aproveitar este entusiasmo para reforçar a unidade de acção das massas. O nosso povo diz, muito ajuizadamente, que «o ferro se malha enquanto está quente», é portanto enquanto está quente o entusiasmo das massas que os militantes e simpatizantes do Partido devem trabalhar para alargar a organização e fomentar as mais variadas lutas. Fazendo-o daremos uma poderosa contribuição para apressar a derrocada do fascismo



Sobre a defesa do Partido

(continuação da pág. 8)

OS FUNCIONÁRIOS DO PARTIDO

Depois de se salientar neste capítulo o importante papel dos funcionários e os sacrifícios que são chamados a fazer na luta contra o fascismo, recorda-se, que desde 1957 foram presos mais de uma centena de funcionários, dizendo-se que: «Infelizmente, deste número houve cerca de duas dezenas que não se portaram bem ou traíram na polícia, número demasiadamente elevado, mas que nada pode modificar a realidade acerca dos valentes funcionários do Partido Comunista Português.

Para além da má fé de algumas pessoas e mesmo do trabalho que a polícia desenvolve para desacreditar os funcionários do Partido, nós temos também alguma responsabilidade no ambiente que em alguns lados se tem criado em relação a eles. Se tivesse havido da nossa parte, pelo menos a mesma preocupação em destacar os portes heróicos de tantos e tantas camaradas, como temos destacado alguns casos de traição, talvez o panorama fosse um pouco diferente» e afirma-se, por fim, ser necessário «refazer a confiança nos funcionários do Partido, que durante tantos anos e à custa de dificuldades e sacrifícios imensos, têm sido os principais obreiros da ligação do Partido com as massas, tbe estado e estão na raiz da maioria das pequenas e grandes lutas contra o fascismo e exploração.»

O camarada Ferreira termina com um apelo no sentido de:

- Cerrar fileiras em volta do CC;
- Tomar medidas para defender o aparelho clandestino do Partido;
- Aguçar o espírito de vigilância revolucionária em todo o Partido;
- Combater intransigentemente a indisciplina e as faltas conspirativas e liberalistas;
- Reforçar a organização do Partido e recrutar novos militantes;
- Ajudar à formação de Quadros intermédios;
- Encontrar formas novas de defesa e combater a rotina e o derrotismo.

A intervenção conclui com a ideia que o Partido vencerá e ultrapassará as actuais dificuldades, passando de novo à ofensiva.

COMECEMOS A PREPARAR O PRIMEIRO DE MAIO!

Todo o Partido está já discutindo as acções que é possível lançar este ano para comemorar o 1º de Maio e lutar contra o fascismo salazarista. As condições são diferentes de empresa para empresa, de terra para terra, do campo para a cidade, e de acordo com as condições existentes assim será o tipo de acções a lançar: nuns lados apenas agitação, inscrições nas paredes, foguetes; noutros apresentação de reivindicações aos patrões, nos sindicatos, às autoridades; noutros ainda organizando passeios, festas, almoços e jantares comemorativos, com intervenções sobre a data; noutros finalmente com greves e manifestações de rua. 1964 continuará assim a via aberta em 1962 e continuada em 1963.

Nas discussões preparatórias das acções deste ano devemos ir mais longe do que nos anos anteriores, organizando para as manifestações e concentrações grupos de auto-defesa e mesmo ofensivos, sempre que a brutalidade repressiva do fascismo o imponha. Não deve ser a presença das polícias e as suas agressões, impeditivas do desenvolvimento da acção popular. Para tal ideia ganhar as massas muito deve trabalhar a organização do nosso Partido, divulgando-a e marcando através de todos os contactos e do máximo de agitação acções bem concretas e de acordo com as condições locais e a disposição das massas.

RÁDIO PORTUGAL LIVRE,

ESTANDO AO SERVIÇO DO POVO, DA DEMOCRACIA E DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL, É UMA EMISSORA DE CLASSE — É A VOZ DA CLASSE OPERÁRIA PORTUGUESA EM LUTA PELO SOCIALISMO E COMUNISMO! ESCUTÁ-LA E DIVULGÁ-LA É DEVER DE TODOS OS MILITANTES COMUNISTAS

«O marxismo-leninismo ensina que, nem se pode saltar por cima das várias etapas da revolução, nem se pode fora duma situação revolucionária, decidir por decreto a tomada do poder pelo proletariado. A revolução é um processo complexo que não se compadece com fórmulas e clichés. Os partidos comunistas têm que saber, em cada caso, definir a etapa da revolução que no seu país há a cumprir, definir os objectivos políticos essenciais dessa etapa, e escolher as formas de actuação revolucionária adequadas.»

(Do Informe do camarada Álvaro Cunhal à reunião do Comité Central em Agosto de 1963)